XV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2023.

EL MNCR y la Economía Solidaria.

Matheus Braz Horstmann y Virginia Vecchioli.

Cita:

Matheus Braz Horstmann y Virginia Vecchioli (2023). *EL MNCR y la Economía Solidaria. XV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-025/184

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Catadores, trabalho e solidariedade: **Um estudo sobre o Congresso de Lançamento da Constituição da Aliança Internacional dos Catadores/as de Materiais Recicláveis.**

Matheus Braz Horstmann[1]

Virginia Vecchioli[2]

"Catadores em mobilização, unidos iremos resistir.

Com trabalho e organização, a nova sociedade construir"

(Hino latino-americano dos Catadores).

Resumo:

O presente trabalho apresenta a trajetória de construção do Movimento Nacional dos Catadores de Material Recicláveis (MNCR) na sua relação com a economia solidária, recuperando as perspectivas analíticas produzidas desde as ciências sociais sob esta questão e fomentar o debate com os trabalhos sobre Economia Solidária produzidos na Argentina. De acordo com a atual configuração das ações dos movimentos sociais no Brasil, identificou-se o MNCR como um movimento oriundo da classe dos trabalhadores precarizados. No campo da Economia Solidária, dentre as principais referências teóricas- Paul Singer, França Filho e Jean-Louis Laville- é consenso que os princípios da cooperação, autonomia, eficiência, sustentabilidade e democracia são a base da economia solidária. Nesse aspecto, a atuação dos catadores do MNCR foca-se no desenvolvimento da cultura social da reciclagem, o ponto central é o entendimento da ligação solidária entre os geradores e os catadores, mediada pelos resíduos. Ao longo dos anos, o MNCR entendeu como importante a articulação do movimento a nível internacional. A Aliança Internacional se identifica como um sindicato de catadores de recicláveis. O escopo de atuação abrange os catadores organizados em todo o mundo, incluindo catadores que realizam apoio administrativo, promoção ambiental, e demais tarefas em suas organizações. Nesse sentido, considera-se como objetivo desta pesquisa identificar e interpretar quais são as categorias morais fundamentais da Aliança Internacional dos/as Catadores/as de Recicláveis, e nesse sentido comparar à lógica das ações do MNCR de caráter econômico solidária. Resulta desta analise que as categorias morais centrais presente na Cultura Social da Reciclagem, mobilizadas pelo MNCR, através da agência coletiva têm como princípios fundamentais as categorias sociais do "trabalho" e da "solidariedade". Contudo, a Aliança Global, ainda que incorpore os subprincípios da

[1] Matheus Braz Horstmann é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Especialização em Sociologia pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Atualmente é mestrando na Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas/ Programa de Pós Graduação em Ciências Socias, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: matheusbraz.h@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9961-1220. Bolsista Capes 88887.832762/2023-00.

[2] Virginia Vecchioli. Dra. em antropologia social (PPGAS-Museu Nacional/UFRJ) Professora exclusiva do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

economia solidária, não assume este como o modelo econômico político de atuação. Dessa maneira a categoria “solidariedade” não aparece no texto da Constituição da rede. Ainda assim, a categoria “trabalho” é central e sua implicação está nas principais estruturas de ação de ambos os movimentos. A diferença que se nota entre a racionalidade almejada pelos teóricos da economia solidária e a prática dos agentes da economia solidária demonstra tanto a riqueza dos contextos de aplicação, quanto o caráter político de tal empreendimento. Logo, quando se pensa no estudo da economia moral da economia solidária se problematizam os princípios valorativos anticapitalistas que são possíveis de adequação na sociabilidade popular das classes trabalhadoras e, a partir disso, orientam suas ações sociais desde sua identidade cultural até a sua relação material de trabalho.

Resumen:

Este trabajo presenta la trayectoria del Movimiento Nacional de Recicladores (MNCR) en su relación con la economía solidaria, recuperando las perspectivas analíticas producidas por las ciencias sociales sobre este tema y propiciando el debate con trabajos sobre Economía Solidaria producidos en Argentina. De acuerdo con la configuración actual de las acciones de los movimientos sociales en Brasil, el MNCR fue identificado como un movimiento originario de la clase de los trabajadores precarios. En el campo de la Economía Solidaria, entre las principales referencias teóricas - Paul Singer, França Filho y Jean-Louis Laville - hay consenso en que los principios de cooperación, autonomía, eficiencia, sustentabilidad y democracia son la base de la economía solidaria. En este sentido, el trabajo de los recicladores del MNCR se centra en el desarrollo de una cultura social del reciclaje, cuya pieza central es la comprensión de la solidaridad entre generadores y recicladores, mediada por los residuos. A lo largo de los años, el MNCR se ha dado cuenta de la importancia de articular el movimiento a nivel internacional. La Alianza Internacional se identifica como un sindicato de recicladores. Su ámbito de acción abarca a los recicladores organizados en todo el mundo, incluyendo a los recicladores que realizan tareas de apoyo administrativo, promoción ambiental y otras tareas en sus organizaciones. El objetivo de esta investigación es identificar e interpretar las categorías morales fundamentales de la Alianza Internacional de Recicladores, y compararlas con la lógica de las acciones de solidaridad económica del MNCR. El resultado de este análisis es que las categorías morales centrales presentes en la Cultura Social del Reciclaje, movilizadas por el MNCR a través de la agencia colectiva, tienen como principios fundamentales las categorías sociales de "trabajo" y "solidaridad". Sin embargo, aunque la Alianza Global incorpora los subprincipios de la economía solidaria, no asume ésta como modelo político económico de acción. Así, la categoría de "solidaridad" no aparece en el texto de constitución de la red. Aun así, la categoría

"trabajo" es central y su implicación está en las principales estructuras de acción de ambos movimientos. La diferencia entre la racionalidad buscada por los teóricos de la economía solidaria y la práctica de los agentes de la economía solidaria demuestra tanto la riqueza de los contextos en los que se aplican como la naturaleza política de este empeño. Por lo tanto, cuando pensamos en el estudio de la economía moral de la economía solidaria, problematizamos los principios de valor anticapitalistas que es posible adaptar a la sociabilidad popular de las clases trabajadoras y, a partir de ahí, orientar sus acciones sociales desde su identidad cultural hasta su relación material de trabajo.

1. Introdução

O presente trabalho se trata de um estudo qualitativo a respeito dos conflitos sociais e morais que atravessam o processo de lutas por reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis tendo como objeto de pesquisa o Movimento Nacional dos Catadores de Material Recicláveis (MNCR). Para a construção dos dados da pesquisa utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica em conjunto com a análise de caso do Congresso de Lançamento da 'Constituição'[3] realizado no ano de 2022.

A partir destes dados, realizou-se um mapeamento das categorias morais mobilizadas nos discursos dos membros da Aliança Internacional dos/as Catadores/as de Recicláveis, visando interpretar comparativamente o uso das categorias "trabalho" e "solidariedade" presente nas agencias coletivas da Aliança e do MNCR. Pois, conforme é indicado pela literatura especializada acerca da racionalidade[4] das ações coletivas de vítimas (VECCHIOLI, V., 2001; SARTI, C., 2019; FASSIN, D., 2017), a partir de suas agências as vítimas mobilizam categorias sociais de caráter moral para atingir objetivos específicos.

[3] A 'Constituição' se trata de um documento que lança as bases para a formalização como uma organização internacional de catadores de resíduos.

[4] A categoria da racionalidade é desenvolvida teoricamente por Max Weber (1999) ao longo das suas obras, mas na obra *Economia e Sociedade* este autor expõe mais detalhadamente que a sociologia se trata da compreensão racional do significado da ação dos outros, que supõe a apreensão intelectual, intuitiva ou empática, do sentido que os atores conferem às suas ações. Neste sentido, a ação racional com base em valores, em que a racionalidade aplicada à tomada de decisão é função dos valores com base em crenças religiosas, éticas, estética ou de outra natureza, é central para o entendimento da economia moral dos catadores.

Ao longo da cadeia produtiva da indústria da reciclagem há múltiplos atores e cada um significa os resíduos da sua maneira, visto que os resíduos são a própria natureza transformada e descartada após ter seu objetivo alcançado. Diante disso, os atores que contribuem com o aumento do problema acerca da crise ambiental tratam os resíduos como rejeitos ou sujeiras, enquanto os catadores que trabalham a partir da escassez dos seus recursos e sob constantes ataques à sua dignidade moral fazem o trabalho da reciclagem. Visando melhorar o aproveitamento dos resíduos e as condições de existência do catador, uma das saídas encontradas foi a organização da categoria de catadores em movimento social para disputar politicamente seus objetivos.

De acordo com a atual configuração das ações dos movimentos sociais no Brasil, identificou-se o Movimento Nacional dos Catadores de Material Recicláveis (MNCR) como um movimento oriundo da classe dos trabalhadores brasileiros, de origem popular, articulado organicamente através da identidade das/os catadoras/es. Conforme Flávia Rossi (2019, p. 116) “o MNCR é produto e operador de um campo de construção da identidade dos (e para os) catadores. A construção dessa identidade está fortemente atrelada à questão do reconhecimento e da valorização dos mesmos enquanto trabalhadores”. Conforme dados da Aliança Internacional dos Catadores, estima-se que de 50 a 90% dos materiais reciclados provém dos catadores, mas apenas 5% da renda gerada fica com os catadores.

No Brasil, os primeiros passos organizativos das/os catadoras/os em classe remontam ao ano de 1980, por meio da iniciativa local de caridade destinada às/aos catadoras/es. Somente no ano de 1985 que se concretizou a primeira Associação de Catadores de Papel. Nesse mesmo ano, fez-se o primeiro ato coletivo de protesto contra a prefeitura da cidade de São Paulo, exigindo que as/os catadoras/es utilizassem seus carrinhos nas ruas. No ano de 1989, criou-se a primeira Cooperativa de Catadores de Recicláveis, a COOPAMARE[1]. No ano seguinte, 1990, constrói-se a primeira Associação fora do estado de São Paulo, a ASMARE[2] na cidade de Belo Horizonte. E em, 1993 por meio de luta social de um movimento que estava constituindo-se no Brasil, implanta-se, na cidade de Belo Horizonte, a coleta seletiva. A partir desse marco, o movimento ganha força no Brasil e no ano de 1999 forma-se o MNCR. Apenas dois anos depois, tem-se o primeiro Encontro Nacional das/os catadoras/es. E, no ano de 2002, conquista-se o reconhecimento da profissão de "Catador de Material Reciclável" no Código Brasileiro de Ocupações (DOS SANTOS *et al*, 2011).

No ano de 2003, o candidato Luís Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) toma posse como Presidente da República Federativa do Brasil. Focando na questão dos catadores, o governo criou o Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) e convidou o MNCR para ser protagonista no processo de discussão, formulação e implementação das políticas públicas de inclusão social de catadores por meio do trabalho (ROSSI, 2019). A partir do ano de 2007 a atuação do MNCR tem como objetivo sua participação na formulação de políticas federais, como exemplos efetivos dessa atuação se tem a Lei n° 11.445 que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico e, também, o programa Cataforte, ambos no ano de 2007. Em 2010, o MNCR participa da formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, no ano seguinte, do programa Pró-Catador (AZEVEDO, 2022).

Diante do exposto, fica evidente que o MNCR é um movimento social de cunho popular que contou com a ação de atores externos atuando como “forças dinamizadoras” das capacidades políticas e econômicas do coletivo. Ainda de acordo com Rossi (2019), a ação das comunidades religiosas nos anos 80 teve como modelo a “Teologia da Libertação” e buscou inculcar como princípios o protagonismo, a autonomia e o ideal de emancipação social. Já, a partir das ações do PT, o movimento passa a ser incluído na rede internacional da Economia Solidária e a se organizar em células de Cooperativas Autogestionárias. Diante disso, tomando a ação casada das forças dinamizadoras construiu-se também uma “rede movimentalista” que tem como objetivo defender um modelo alternativo de políticas públicas no subsistema das gestões municipais. Através do processo de lutas o MNCR percebeu a necessidade da criação de uma rede internacional da categoria e, assim, torna-se um importante agente latino-americano para a construção desse objetivo.

Conforme dados do anuário da reciclagem 2021, pesquisa organizada pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), dados relativos ao ano de 2020, no Brasil são 1850 organizações de catadoras/es, das 1 Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE). Associação de Catadores de Papelão e Materiais Reaproveitáveis (ASMARE), dados relativos ao ano de 2020, no Brasil são 1850 organizações de catadoras/es, das quais 641 responderam à pesquisa. Assim, ao longo do ano de 2020, foram comercializadas 326 mil toneladas de resíduos sólidos, resultando numa média de 510 toneladas por entidade. Na questão do faturamento somente 375 organizações expuseram seus resultados, totalizando R$ 159 milhões e em média R$ 495 mil por entidade. A renda mensal per capta entre as/os catadoras/es

em média foi de R$ 1.098,00. Valores estimados pela pesquisa apontam o faturamento total de R$ 784 mil entre as 1850 organizações e de aproximadamente 50.831 catadoras/es organizados. A população de catadoras/es dentre as entidades que responderam totalizam 9.754 membros, sendo 54% mulheres, 76,7% autodeclarados negras/os e majoritariamente não possuem o ensino fundamental completo (ANCAT, 2021).

Segundo Alexandro Cardoso (2022), agente do MNCR, os dados sociais para o estado do Rio Grande do Sul estimam 24 mil catadoras/es, entre os organizados pelas entidades e os desorganizados que, em média, sobrevivem com menos de um salário mínimo por pessoa. Desses, 96% são moradores urbanos, 66% são negras/os, 75% são mulheres e 13% são analfabetos. Diante dos dados, percebe-se, que a classe social das/os catadoras/es é majoritariamente negra, feminina e urbana. A situação das/os catadoras/es sofreu agravamento devido a pandemia da covid-19, sentida e refletida profundamente nas relações de trabalho e na renda, em função da diminuição da coleta de resíduos e dos novos protocolos de segurança sanitários aplicados às Unidades de Tratamento (UT).

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, fez-se uma breve apresentação do sujeito de pesquisa. Na segunda seção, apresenta-se a discussão a respeito da economia moral, primeiramente a trajetória de evolução desse campo, após isso as discussões contemporâneas e, por fim, toma-se como exemplo a analise das categorias morais presentes no projeto de transformação político-cultural da sociedade brasileira do MNCR. Na terceira seção, analisa-se detidamente o Congresso e a Constituição com o objetivo especifico de se compreender os usos sociais das categorias “trabalho” e “solidariedade” em comparação com os princípios do MNCR. Por fim, serão tecidas as considerações finais do trabalho.

2. Economia Moral

2.1 *Trajetória do Conceito*

De acordo com Edward P. Thompson (1998) que cunhou o termo “economia moral” suas categorias tem como base a tradição e os costumes e não se referem aos princípios universais da economia liberal. Assim, originalmente o termo economia moral significava a “maneira como relações ‘econômicas’ são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas” (THOMPSON,

E.P., 1998, p. 258). Diante disso, a economia moral é oposta à economia de “livre mercado”.

Ao estudar o caso dos movimentos de trabalhadores na Inglaterra do século XVIII, Thompson notou a ocorrência dos chamados “motins da turba”, ações coletivas organizadas com base numa noção legitimadora em comum a respeito dos direitos e da justiça. Em suma, o mercado interno de venda do pão tinha seus preços controlados com base nos costumes dos vendedores e dos trabalhadores que se encontravam para negociar face-a-face com base no princípio econômico moral do preço justo. Contudo, quando o preço passa a ser definido com base num modelo liberal de venda por amostragem tornando possível a ampliação do lucro do produtor à medida que prejudicava os consumidores, resultando na mobilização da população local contra o poder constituído naquela sociedade.

No texto sobre a formação da classe operaria inglesa, Thompson (1987), pensa como os trabalhadores construíram a partir da sua luta uma consciência de classe.

> Por classes, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimento dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiencia como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico, não vejo a classe como uma- estrutura nem mesmo como uma- categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja a ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, E., 1987, p. 9).

Entende-se desse parágrafo que para Thompson a classe é uma construção coletiva racional. Constrói-se por meio de costumes, com base num conjunto de valores morais em comum, neste caso relacionados às condições materiais de exploração do trabalho, mas não só isso. Pois, os costumes representam a produção consciente dos agentes sociais enquanto coletividade.

Segundo Karl Polanyi (2013), a economia é uma expressão/ prolongação do que constitui uma sociedade: o compromisso das pessoas com todos os outros através da troca, prestação de serviço familiares e nas redes de dependência. Dessa maneira, a economia moral está enraizada [*embedded*] na atividade social, enquanto a economia de mercado é um sistema universal abstrato que prescinde de enrazaimentos [*disembedded*].

James Scott (1977) toma emprestado o conceito de economia moral de Thompson e o desenvolve no campo da ciência política. Ao estudar comunidades de campesinos pobres, Scott desenvolve o conceito de “ética da sobrevivência” como estratégias econômicas de enfrentamento da situação de precariedade, tendo como princípio a escassez dos seus recursos e os riscos ambientais de suas decisões. A

partir disso suas ações tem como objetivo a minimização das perdas, resultando moralmente num desejo de segurança. Dessa maneira, o sentimento de injustiça só emerge concretamente através da ação coletiva com o rompimento do acordo tácito a respeito da exploração tolerável, ou seja, os valores acerca da ética da sobrevivência são a base para a mobilização das emoções.

Lorraine Daston (1995), em seu artigo “The moral economy of science”, desloca a discussão sobre economia moral da política para pensar a ciência, focando-se em três pontos que precisam ser superados para se pensar uma teoria geral das economias morais- o caráter quantitativista da ciência moderna, as limitações do empirismo quanto a sua reprodução e a objetividade “aperspectiva” dos cientistas. Em sua pesquisa, evidencia-se um conflito moral no fazer cientifico global haja vista a existência de determinados valores e afetos predominantes que podem entrar em conflito com valores e afetos locais.

Fazendo uma síntese teórica dessa discussão, Didier Fassin (2019), afirma que os problemas tratados pela economia moral não se referem exclusivamente ao ordenamento social, por isso, não é limitada nem da perspectiva histórica [sociedades pré-mercado] nem social [trabalhadores e campesinos pobres], pois assume como objeto os fatores externos que atravessam determinado acontecimento. Da mesma maneira, ele toma o conceito a partir do seu adjetivo, ou seja, recoloca a discussão no campo da moral.

> La economía moral corresponde también a un sistema de normas y obligaciones. Orienta los juicios y los actos, distingue lo que se hace y lo que no se hace. Más que de reglas económicas se trata de principios de vida buena, de justicia, de dignidad, de respeto; em suma, de reconocimiento (FASSIN, D., 2019, p. 179).

Logo, a economia moral não é tão somente um modelo estático da cultura moral, é o resultado dos problemas políticos que os movimentos coletivos tensionam e modificam de modo a enraizar os elementos de novas relações sociais (FASSIN, D., 2019). Em outro texto o autor define economias moral como “producción, circulación y apropiación de normas y obligaciones, valores y afectos relativos a un problema específico en un tiempo y espacio específicos (FASSIN, D., 2009 *apud* FASSIN, D., 2015, p. 279). Tomando como exemplo a análise de Fassin (2015), a respeito da “crise dos refugiados”, nota-se que os tensionamentos da economia moral são atravessados por interesses políticos, econômicos e culturais dos países europeus frente aos países

do sul global. Dessa maneira, a França confere o *status* de refugiado[5] com maior facilidade para solicitantes que reclamam por violações da sua identidade de gênero, ou por ataques misóginos aos seus corpos, dado que a posição francesa no sistema político internacional é de defesa dos direitos democráticos e sexuais. Enquanto os refugiados que fogem de zona de conflito bélico ou que são atravessados pelas questões raciais enfrentam maiores dificuldades para o reconhecimento do seu pedido.

Contemporaneamente, como consequência dos acontecimentos sociais relacionados à Primavera Árabe, desde então os processos migratórios desta região em direção à Europa aumentaram exponencialmente, resultando, também, numa transformação qualitativa do fenômeno. Desse modo, os atuais imigrantes clamam por asilo político alegando o direito de proteção da sua vida, identificando-se como refugiados. Contudo, a chamada crise dos refugiados não é um fenômeno social novo, pois, este "problema" é resultado da mudança nos termos econômicos morais que definem o reconhecimento da situação de refugiado, por parte dos países do Norte Global, desde a dissolução da URSS nos anos 90.

> La economía moral del asilo permite al analista ir más allá de justificaciones indulgentes e interpretaciones conspirativas. Puede dar cuenta de por qué funcionarios y magistrados pueden estar convencidos de defender un ideal abstracto al mismo tiempo que desacreditan a aquellos que recurren a él, y por qué la sociedad en general puede adherirse intelectual y emocionalmente a esta visión, según la cual Francia continúa siendo la patria de los derechos humanos, al tiempo que rechaza y a veces deporta solicitantes de asilo por falta de confianza en su relato o en ellos mismos (FASSIN, D., 2015, p. 289).

Conforme o parágrafo supracitado, Fassin chama a atenção para o paradoxo da ação humanitária através da reafirmação de valores que desqualificam o sul global à medida que qualifica o norte global. "La única opción moral para resolver este enigma es establecer una separación nítida entre valorar el asilo y devaluar a quienes lo solicitan. El proceso de selección de refugiados ha convertido al asilo en un bien escaso" (FASSIN, D., 2015, p. 287).

[5] Etimologicamente, o termo refugiado compreende uma dualidade que exprime o sentido econômico moral contemporâneo. Sendo assim, o refugiado é um sujeito potencialmente hostil que demanda hospitalidade. Esta dualidade fica evidente quando se problematiza o regime de reconhecimento operante. Para que um refugiado do sul global seja reconhecido como tal no norte global, primeiro, precisará passar por uma serie de processos inquisitivos por parte dos Estados desenvolvidos com o objetivo de conferir a veracidade do seus testemunhos (FASSIN, D., 2015).

2.2. Discussões contemporânea a cerca da Economia Moral

De modo a pensar historicamente o contexto social de emergência do humanitarismo contemporâneo, é necessário remontar ao ano de 1991, marco de um acontecimento histórico crítico para a economia política contemporânea, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Para Fassin (2017), a prática humanitária de concessão de asilos políticos a imigrantes oriundos dos países socialistas e do terceiro mundo até essa data se dava de maneira branda, pois a mão-de-obra estrangeira era muito requisitada no período da Guerra Fria devido a maior necessidade de avanço econômico dos países europeus. Contudo, no início dos anos noventa, transformam-se alguns elementos morais presente na lógica humanitária e isto se deve a inserção no centro dos debates públicos da categoria raça.

Segundo o historiador Eric Hobsbawn (2006), a dissolução da URSS dá fim à era dos extremos[6] e sustenta o avanço global das relações de produção capitalistas, baseadas no neoliberalismo econômico e na expansão cultural norte-americana. Sobretudo, resulta dos acontecimentos compreendidos na era dos extremos, uma nova categoria mental, a percepção do "*continuum* temporal" como um dado da consciência coletiva que incide sobre as consciências individuais de modo a tornar os acontecimentos públicos de ordem mundial como elementos constitutivos de nossa identidade particular (HOBSBAWN, E., 2006). Destarte, para entender os processos de identificação e de luta por reconhecimento atuais, mesmo que de uma perspectiva com foco na ação social dos atores, demanda-se o entendimento dos conflitos econômico-políticos à nível global.

De acordo com Didier Fassin (2017), a razão humanitária é resultado da dissolução do conflito político entre os dois sistemas econômicos compreendido como Guerra Fria. Assim sendo, ainda que exista uma única economia moral, sobrevivem as dicotomias morais. Pois, o humanitário é uma política em duas perspectivas: primeiramente, gestão do sofrimento; em segundo lugar, uma instituição da luta humanitária. Dito de outra maneira, o Humanismo compreende uma gramática que mistura governos e afetos, ao mesmo tempo que leva a uma ação no mundo.

[6] Para Hobsbawn (2006), a analogia à era dos extremos caracteriza o período histórico que compreende os anos de 1914 a 1991. Tendo como evento inicial a Primeira Guerra Mundial (1914-19) e marco final a dissolução do URSS (1991), compreende também a Revolução Socialista (1917) Segunda Guerra Mundial (1939-45), a Guerra das Coreias (1950-53), Guerra do Vietnam (1955-75), Guerra Fria (1947-91). Para além dos conflitos bélicos entre estados-nação ocorrem também conflitos de ordem demográfica, envolvendo a imigração ilegal de refugiados oriundos de zonas de guerra em países do "terceiro mundo" para países desenvolvidos do "primeiro mundo", e de ordem econômica (agravamento da desigualdade econômica entre países e entre cidadãos de um mesmo país) e de ordem ecológica (como a superexploração dos recursos naturais e a degradação da camada de ozônio).

Portanto, a noção de vítima está associada ao sentimento de empatia, o que promove um impulso para políticas humanitárias envoltos numa Razão Humanitária, como Políticas de Reparação do Sofrimento.

Para Luc Boltanski (1999), com a dissolução da Guerra Fria, a disputa entre o universalismo abstrato liberal e o comunitarismo radical socialista deu espaço para a emergência no campo das ações humanitárias de um novo sistema moral, o humanitarismo. Este sistema moral toma a esfera pública a partir de uma dicotomia caracterizada pelo estado de não compromisso e o estado de compromisso, tendo como foco o espectador. Ou seja, contemporaneamente, a ação humanitária demanda a sensibilização do público para o enfrentamento coletivo dos problemas globais de ordem política. No entanto, a dimensão política não pode estar no centro do discurso, pois o foco repousa sobre o engajamento de telespectadores distantes em causas sociais. Logo, para que o compromisso seja válido na esfera pública, ele deve ser puramente moral, ou seja, livre de qualquer determinação por interesses e, consequentemente, de quaisquer vínculos comunais anteriores. “O modelo da 'esfera pública' é precisamente aquela rede que inicialmente não tem caminhos pré-existentes e dentro da qual as pessoas podem se agrupar posteriormente em torno de causas” (BOLTANSKI, L., 1999, p. 31, tradução livre).

Ao se debruçar sobre a categoria de vítima, Gabriel Gatti (2016) parte da razão humanitária para pensar a construção de um novo sistema moral baseado no entendimento dos tipos de sofrimentos intoleráveis. Pois, ainda que a categoria cidadão tenha efeito como elemento central na sociabilidade contemporânea baseada no sistema de justiça dos Estados-Nação, os conflitos políticos atuais de ordem bélica, ou até mesmo como resultantes de catástrofes naturais, resultam cada vez mais constantes, gerando um grande número de pessoas desafortunadas vitimadas por tais fenômenos políticos. Diante disso, o autor explica que a construção da identidade de vítima não é um processo natural ou mecânico, mas resultado de um processo de ordem social em que as pessoas desafortunadas disputam com o Estado o reconhecimento do seu lugar como vítima de um sofrimento intolerável tendo como objetivo a sua inclusão como cidadã no sistema de justiça social.

No entanto, ainda para Gatti (2016), é necessário colocar a vítima num estado de suspeita, pois, seu testemunho confronta o funcionamento social, por isso, prescinde de análise social. No entanto, a institucionalização das engrenagens do humanitarismo conduz a consequências desejáveis e indesejáveis para as vítimas. Desse modo, evidencia-se a existência de intenções por traz dos usos sociais da

categoria da vítima. Somando-se ao debate Liliana Sarjurjo (2020), ao pensar a gramática humanitária dos direitos humanos, a autora nota que a articulação entre o local e o global, produz ações políticas singulares na forma de redes globais, ainda assim, tais redes sofrem efeito de categorias sociais locais- tais como: raça, gênero e classe- que instauram uma pluralidade interna nos elementos dos discursos reivindicativos destes grupos.

Diante disso, Cynthia Sarti (2011), fundamenta-se em Mauss para compreender os mecanismos políticos e sociais de nomeação e reconhecimento da violência em que a pessoa que é construída como vítima passa, de modo a entender tanto a gramática moral do conflito, quanto a percepção subjetiva da vítima como tal. Nessa abordagem, o corpo e os sentimento são construções simbólicas, constituído num processo de ordem cultural, na interação do indivíduo com o mundo social. Dentro da problemática do sofrimento associado à violência, a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento[7], circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade.

Dessa maneira, a gramática moral do humanitarismo inscreve na consciência coletiva categorias ligadas ao sofrimento/adoecimento mental. Estas categorias tendem a serem mobilizadas pelos movimentos coletivos com o objetivo de obter o reconhecimento de suas causas frente ao Estado.

2.3. A Cultura Social da Reciclagem

Focando nos princípios econômicos solidários, Alexandro Cardoso, catador, antropólogo e uma das lideranças do MNCR, toma o olhar como elemento antropológico, analisando sua função na teoria da Cultura Social da Reciclagem. Para o autor, se a discussão dos elementos culturais da reciclagem não tomar como foco a valorização do catador, a diferença social percebida entre gerador/catador se manterá reproduzindo os níveis abissais da desigualdade econômica. Logo, a coleta seletiva tendo por protagonistas as empresas privadas não resultaria na constituição solidária de uma cultura social da reciclagem (CARDOSO, 2022).

Desse modo, Cardoso (2022) teoriza que a diferença entre gerador e catador se expressa desde o olhar. Enquanto o primeiro tem um olhar apressado, que não vê utilidade nos rejeitos, o segundo os toma como resíduos pensando na sua reutilização, visando não só gerar renda para o seu sustento, mas, também, conquistar o

[7] De acordo com Sarti (2011), o campo da saúde mental, em particular a Psiquiatria, ocupa um lugar preponderante nessa formulação ideológica.

reconhecimento social do seu trabalho de conservação ambiental. Portanto, trata-se de um olhar ressignificador.

> Há uma enorme engenharia do saber neste processo de reciclagem feita pelas/os catadoras/es de materiais recicláveis. Para a realização do serviço é necessário saber onde estão os resíduos, quais roteiros seguir, quanto tempo, a qualidade dos materiais. É necessário conhecer cada tipo, cada polímero plástico, tipos de metais, textura e ondulações do papel, separando os resíduos em mais de setenta classificações diferentes. É necessário saber sobre a contabilidade - valores, compradores, forma de pagamento. Uma cooperativa de catadoras/es de materiais recicláveis, estas precisam estar documentadas num nível burocrático maior que para as empresas privadas, necessitam prestar contas as/aos suas/eus cooperadas/os e sociedade. Quanto mais organizada for a cooperativa, maior serão seus custos e os benefícios as/aos cooperadas/os (CARDOSO, A., 2022, p. 53).

Levando em consideração a complexidade do trabalho do catador, delimitou-se como objetivo central das ações do MNCR a luta pelo protagonismo do movimento na cadeia produtiva da indústria de reciclagem. Diante disso, para a concretização política desse objetivo, pensa-se, como necessário, a construção de uma Cultura Social da Reciclagem. Pensando nessa ação econômica, estabeleceu-se como elementos morais centrais deste movimento cultural: a empatia, a solidariedade e o cuidado. Definiu-se como objetivo desta ação o melhoramento das condições ambientais, políticas e culturais da categoria.

> Geradoras/es que não misturam seus resíduos (recicláveis e rejeitos) e entregam os recicláveis para as/os catadoras/es de materiais recicláveis, conseguem enxergar as outras dimensões dos resíduos- não apenas como rejeitos altamente poluentes quando no lugar errado, mas como matéria prima, as quais ganham ressignificação quando passam a ser recicladas, geradora de trabalho e renda nas mãos das/os catadoras/es de materiais recicláveis. Aqui, podemos ver a materialidade da solidariedade e da empatia. **Solidário, porque o/a gerador/a sabe o bem que está realizando com suas ações e empático, porque as/os geradoras/es colocam-se na situação da/o outra/o.** Por ser uma ação de conexão entre geradoras/es e catadoras/es de materiais recicláveis, estes acabam se conhecendo, principalmente discutindo sobre a precariedade do trabalho na reciclagem, algo infelizmente que não necessita de tanta atenção para perceber, apenas um olhar já é suficiente. Desta forma, geradoras/es acabam por se tornar apoiadoras/es da categoria, conhecendo mais de perto os dilemas, dificuldades e agindo para com suas ações amenizar as grandes dificuldades (CARDOSO, 2022, p. 56, grifos nossos).

Diante desses objetivos, Cardoso (2021) afirma que o ponto central é o entendimento da ligação solidária entre os geradores e as/os catadoras/es, mediada

pelos resíduos. Primeiramente, os geradores encontram com as/os catadoras/es, reconhecendo ambos o valor de seu trabalho. Após, as/os catadoras/es encaminham os resíduos para um processo produtor de novas utilidades econômicas. Com isso, geram-se rendas e postos de trabalho. Contribuindo também para a proteção da natureza. Desse modo, fica evidente também a relação dos princípios morais da ação do MNCR, presentes na Cultura Social da Reciclagem, racionalmente articulados conforme os fundamentos da Economia Solidária.

Tomando a discussão da teoria das trocas presente na obra de Marcel Mauss (2003), conforme apontado por Lévi-Straus (2018), como fundamento inconsciente de toda as sociedades humanas, observa-se a relação desta com a lógica da Cultura Social da Reciclagem proposta pelo MNCR. Visto se tratar de uma lógica de sociabilidade baseada na estrutura da troca, pois as pessoas ao se interpelarem, reconhecem-se como agentes, com objetivos morais compartilhados. Logo, a troca gera ganhos para os dois lados e também produz algo maior como o sentimento de pertencimento à uma cultura solidária. Por meio da troca, cria-se redes na forma de alianças.

3. Mapeamento das categorias da Aliança Internacional dos/as Catadores/as de Recicláveis.

O Congresso de Lançamento da Constituição da Aliança Internacional dos Catadores ocorreu na data de 29 de outubro de 2022, com transmissão simultânea para: Nova Iorque, Argentina, África do Sul, Índia, Bangladesh e Brasil. Contando com interpretações simultânea em dez idiomas diferentes: português, espanhol, francês, inglês, gangla, indonesian, nepali, turco, coreano e alemão. Para além de catadoras/es de materiais recicláveis nesta rede há outras denominações da categoria, tais como: recicladoras e recicladores, coletoras e coletores, recuperadoras e recuperadores, separadoras e separadores.

A Aliança Internacional se identifica como um sindicato de catadores de recicláveis. O escopo de atuação abrange os catadores organizados em todo o mundo, incluindo catadores que realizam apoio administrativo, promoção ambiental, e demais tarefas em suas organizações. Os catadores são definidos como:

> a. Indivíduos envolvidos na coleta, segregação, classificação e venda de recicláveis (papel, plástico, metal, vidro, etc.) em uma capacidade informal ou semi-formal como trabalhadores por conta própria;

> b. Catadores itinerantes, coletores informais/semi-formais dedicados ao transporte, triagem e venda de recicláveis, trabalhadores informais dedicados ao transporte ou triagem dentro do setor informal ou semi-formal de triagem/recuperação/reciclagem, ou qualquer um dos acima mencionados que esteja integrado aos sistemas municipais de gerenciamento de resíduos e que continue a triar e vender recicláveis;
>
> c. Antigos recicladores que ocupam novas funções em suas organizações de reciclagem na promoção ambiental, cuidados, programas de saúde, programas de gênero, etc (CONSTITUIÇÃO, Aliança Internacional dos Catadores, 2022).

Pablo Rey Mazón, secretário de comunicação da Aliança Global, conta como se deu o processo de escolha do nome e das cores oficiais da rede. “O primeiro nome era Aliança Global dos Catadores, mas, para a Redelac, a palavra Global está ligada ao universo de representação neoliberal corporativista. Perdendo o foco das lutas internacionais. Então, optou-se por Aliança Internacional dos Catadores”. Já a questão da cor, primeiramente, “o logo estava em laranja, mas, conforme as discussões da rede, foi decidido que o verde representa melhor a intersecção entre trabalho e luta ambientalista”. Convém afirmar que conforme falas das lideranças do movimento dos catadores/as, a Constituição fundadora é orientada, de maneira exclusiva, pelos processos e resoluções internas, de acordo com o princípio do protagonismo da categoria.

Para a abertura do evento, a catadora Lucia Fernandez chamou a atenção para a conquista organizativa dos catadores, ao redor do mundo, sob o objetivo central do direito ao trabalho. Na sequência, mensagens de solidariedade e apoio de outas categorias e órgãos internacionais foram tecidas, desde a presidente da rede de Trabalhadoras do Lar, do Sindicato de Serviços Públicos, bem como do Presidente da Assembleia da ONU Meio Ambiente. Após isso, fez-se a apresentação da agenda do congresso e passou a palavra para a catadora Aline Souza e Severino Lima do MNCR Brasil[8], que fizeram as considerações inicias junto à mística[9]. Destaca-se o refrão da letra do hino latino-americano dos catadores, devido ao uso estruturante da categoria “trabalho”:

“*Catadores em mobilização, unidos iremos resistir.*

Com trabalho e organização, a nova sociedade construir”.

[8] Conforme dados do congresso, o MNCR é a entidade com mais membros na américa-latina, aproximadamente 90 mil.
[9] A mística é um ritual cultural de convocação e comunhão de valores centrais para o movimento social.

Dando sequência às atividades, o catador ganense Johnson Doe [Presidente da Associação de Catadores KPONE em Acra] contou a história de constituição da Constituição. A Primeira Conferência Internacional se deu na cidade de Bogotá-Colombia no ano de 2008 e contou com representantes de 34 países reunidos. No ano de 2012 ocorre um Workshop Internacional na cidade de Pune. E no ano de 2018 ocorreu, na cidade de Buenos Aires na Argentina, o primeiro evento com o atual formato organizativo.

Na sequência Johnson Doe também contou sobre o acontecimento trágico que envolve o dia mundial dos/as catadores/as. “A comemoração do dia mundial de catadores se deve a uma tragédia em que 11 catadores de papelão foram assassinados para que seus órgãos fossem primeiramente estudados e depois comercializados”, destacando a vulnerabilidade social dos catadores. Esse fato ocorreu no dia 01 de março de 1992 numa Universidade da Barranquilla na Colômbia. “Por isso, a data de 1 de Março foi escolhida para representar o dia mundial dos catadores”.

Conforme Josefa Marin, especialista jurídica e membro/colaboradora do movimento dos catadores dos EUA, “Sure We Can”. O ponta pé inicial da Constituição se deu no ano de 2020, com o objetivo de fomentar a organização global dos catadores e construir a possibilidade de representação dos catadores em estruturas internacionais como a Organização Internacional do Trabalho. Após a formação do comitê mensal ficou decidido que dois membros de cada organização se encontrariam para produzir o primeiro projeto da Constituição, que ocorreu em julho de 2021. Após isso, o comitê buscou também nas organizações informais que já haviam produzidos estruturas (p.e. a Organização Internacional das Domésticas). Essas colaborações foram incluídas na segunda edição em setembro de 2021. Em maio de 2022 foram incluídas contribuições do Quenia, Gania, Eua, Argentina, Bangadlesh e Senegal. Assim, havia-se delimitado o esboço da Constituição, mas a Redelac (rede latino-americana) apresentou um projeto de contra-proposta constitucional e ambos foram distribuídos para as organizações de catadores ao redor do mundo. Discutiu-se sobre as duas versões e decidiu-se sobre a incorporação da proposta da Redelac. No mês de agosto de 2022, fez-se o quarto rascunho da Constituição, Sendo esta a versão válida atualmente e traduzida em vários idiomas. Na próxima fase de implantação, 12 a 18 meses, pretende-se o estabelecimento do comitê transicional para verificar os afiliados.

Na segunda parte do Congresso foi feita uma leitura ponto a ponto das clausulas da Constituição. Diante disso, iremos analisar com foco nos usos das categorias “trabalho” e “solidariedade”. A categoria trabalho é central para o repertório de ações desta rede movimentalista, demanda-se o pagamento por parte dos Estados Nacionais e de atores privados dos serviços ambientais prestados pelos catadores, o pagamento justo da matéria prima dos materiais reciclados coletados, o melhoramento das condições de trabalho e o reconhecimento da dignidade dos serviços prestados.

A respeito da categoria solidariedade, nota-se, primeiramente, a sua ausência nominal no texto. Ainda assim, a lógica da economia solidária está presente nos princípios organizativos de auto-gestão, respeito às decisões democráticas e aos princípios democráticos, comércio justo, o direito a uma renda básica universal e a sustentabilidade. Esse aspecto demonstra que os princípios de organização do MNCR (Brasil), não foram totalmente acolhidos pela Aliança Internacional, seja por que o processo pode estar em vias de implantação ou por que há uma diversidade de visões de mundo sobre o modelo econômico político do movimento. De qualquer modo, evidencia-se por meio disso que a Constituição é um texto complexo, que envolve uma gestão de múltiplos interesses.

Por fim, o Congresso encerrou com mensagem de solidariedade e apoio de demais redes de trabalhadores e órgãos internacionais. Contando com falas da presidente da Rede de Trabalhadoras do Lar e do Sindicato de Serviços Públicos, bem como do presidente da Assembleia da ONU Meio Ambiente.

À GUISA DE CONCLUSÃO

A lógica humanitarista está presente no discurso econômico moral do MNCR visto sua preocupação em se inserir numa rede internacional de discussão das questões ambientais. Ainda assim, a condição de vítima não é colocada explicitamente nos discursos da rede e tampouco deste movimento social. Dessa maneira, a análise dos elementos morais precisa ser enquadrada para que se compreenda as categoriais sociais que estão sendo disputadas pelo movimento e para isso o evento de lançamento da Constituição foi ideal.

Assim sendo, tomando como exemplo a lógica moral presente Cultura Social da Reciclagem, as categorias morais mobilizadas pelo MNCR através da agência coletiva têm como princípios fundamentais as categorias sociais do “trabalho” e da “solidariedade”. Contudo, como visto na terceira seção deste trabalho, a Aliança

Global, ainda que incorpore os subprincípios da economia solidária, não assume este como o modelo econômico político de atuação. Dessa maneira a categoria “solidariedade” não aparece no texto da Constituição da rede. Ainda assim, a categoria “trabalho” é central e sua implicação está nas principais estruturas de ação de ambos os movimentos.

A cerca da economia moral, é possível pensar que para Didier Fassin o debate em torno da sustentabilidade pode ser enquadrado nesse campo. Pois, este objetivo está imerso em um conflito social denso, tendo as relações sociais reguladas pelo Estado como produtoras de sofrimento. E nesse ponto, tanto a atuação da Aliança Global como do MNCR se enquadra também nos recentes estudos acerca das vítimas visto que se busca mobilizar sentimentos públicos de compaixão, frente a desigualdade econômica abissal e a falta de políticas públicas por parte do Estado, para que possam prestar o serviço ambiental de maneira satisfatória.

A diferença que se nota entre a racionalidade almejada pelos teóricos da economia solidária e a prática dos agentes da economia solidária demonstra tanto a riqueza dos contextos de aplicação, quanto o caráter político de tal empreendimento. Logo, quando se pensa no estudo da economia moral da economia solidária se problematiza os princípios valorativos anticapitalistas que são possíveis de adequação na sociabilidade popular das classes trabalhadoras e, a partir disso, orientam suas ações sociais desde sua identidade cultural até a sua relação material de trabalho.

Referências:

ANCAT - **Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. Anuário da reciclagem,** 2021. Disponível em: https://ancat.org.br/anuario-da- reciclagem-2021-retrata-a-realidade-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis-e-de-suas organizacoes-no-brasil. Acesso em: 08 out. 2022.

AZEVEDO, Adalberto Mantovani Martiniano de *et al*. Impactos da Covid-19 sobre catadores de materiais recicláveis organizados no Estado de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.

BOLTANSKI, Luc. **Distant Suffering**: Morality, Media and Politics, Cambridge (UK), Cambridge University Press. (seleção). 1999,

CARDOSO, Alexandro. **A cultura social da reciclagem, saberes e conexões - luta contra a exclusão social**. Porto Alegre: Lutas Anticapital, 2021.

CARDOSO, Alexandro. O impacto da Covid-19 nas Associações e Cooperativas de Catadoras e Catadores de materiais recicláveis em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Mercado De Trabalho: Conjuntura e Análise**, Brasília, v. 73, n. 28, p. 157-169, abr. 2022.

DASTON, Lorena. The moral economy of science. **Osíris** , v. 10, p. 2-24, 1995.

DOS SANTOS, Maria Cecília Loschiavo *et al***. Frames de ação coletiva:** uma análise da organização do movimento nacional de catadores de recicláveis no brasil (MNCR). MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO, p. 59-95, 2011.

FASSIN, Didier. La economía moral del asilo. Reflexiones críticas sobre la «crisis de los refugiados» de 2015 en Europa. **Disparidades. Revista de Antropología**, v. 70, n. 2, p. 277-290, 2015

FASSIN, Didier. “El gobierno humanitario” y “Una humanidad desigual. La asistencia a las víctimas de conflictos”: En: **La razón humanitaria**. Una historia moral del tiempo presente. Prometeo Libros. Buenos Aires. 2017.

FASSIN, Didier. Para una teoría de las economías morales. In: **Por una repolitización del mundo:** las vidas descartables como desafío del siglo XXI. Siglo XXI Editores. p. 171-207. 2019.

GATTI, Gabriel. El misterioso encanto de las víctimas. **Revista de estudios sociales**, n. 56, p. 117-120, 2016.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In.: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

POLANYI, Karl. **Uma grande transformação**: As origens políticas e econômicas do nosso tempo. Edições 70, lmtd., 2013.

ROSSI, Flávia Cristina Regilio. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e os governos do PT: Trama pelo sentido da política pública. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 3, p. 105-134, 2019.

SANJURJO, Liliana. Humanitarismo, violencia y políticas de la memoria: entre prácticas locales y activismos globales. **Revista De Antropología Social**, v. 29, n. 2, p. 213, 2020.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno crh**, v. 24, p. 51-61, 2011.

SCOTT, James C. **A economia moral do camponês: rebelião e subsistência no Sudeste Asiático** . Editora da Universidade de Yale, 1977.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. in.: **Sociologia e antropologia**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: **Economia e sociedade**. Volume 1, 4º edição. São Paulo: Editora UnB, 1999.

VECCHIOLI, Virginia. Políticas de la Memoria y Formas de Clasificación Social.¿ Quiénes son las 'Víctimas del Terrorismo de Estado'en la Argentina?. **Bruno Groppo y Patricia Flier (comps.), La imposibilidad del olvido, La Plata, Ediciones Al Margen**, p. 83-102, 2001.